



EDUCAÇÃO SEXUAL VAI AO CARIRI CEARENSE: ABORDAGENS E PROBLEMATIZAÇÕES NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

LA EDUCACIÓN SEXUAL VA A LA CENSIÓN DE CARIRI: ENFOQUES Y PROBLEMATIZACIONES EN LOS CURRÍCULOS ESCOLARES

SEXUAL EDUCATION GOES TO CARIRI CEARENSE: APPROACHES AND PROBLEMATIZATIONS IN SCHOOL CURRICULUMS

Elaine de Jesus Souza¹

Eugèrbia Paula da Rocha²

RESUMO

A Educação Sexual constitui um campo **transdisciplinar que abrange discursos sobre sexualidade e gênero entremeados na cultura e relações de poder. O objetivo foi problematizar o/s modo/s de incorporação (ou não) da Educação Sexual nos currículos escolares, a partir da análise dos discursos acerca das temáticas sexualidade e gênero. Trata-se do recorte de uma pesquisa qualitativa desenvolvida em cinco escolas públicas nos municípios de Brejo Santo-CE e Porteiras-CE; aqui analisaremos as entrevistas semiestruturadas de dez docentes por meio da análise foucaultiana do discurso. Os resultados ressaltam que a maioria dos/as docentes não aborda, de forma contínua e planejada, as temáticas da Educação Sexual, sobretudo em decorrência da carência na formação docente aliada ao fundamentalismo religioso marcante no contexto sociocultural do cariri cearense. Assim, a partir dos enunciados, destacamos três categorias discursivas: biológica-higienista, religiosa-fundamentalista e sociocultural, que se articulam ao evidenciarem contradições, limites e possibilidades da Educação Sexual nos currículos escolares.**

PALAVRAS-CHAVE: Educação Sexual. Sexualidade. Gênero. Currículo.

¹ Professora Adjunta do Instituto de Formação de Educadores (IFE) na Universidade Federal do Cariri (UFCA).

² Graduada em Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática IFE/UFCA; Graduanda em Biologia no Instituto de Formação de Educadores (IFE) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Bolsista de Pesquisa PRPI/UFCA.

RESUMEN

La educación sexual es un campo transdisciplinario que abarca discursos sobre sexualidad y género intercalados en la cultura y las relaciones de poder. El objetivo era problematizar el/los modo/s de incorporación (o no) de Educación Sexual en los currículos escolares, en base al análisis de los discursos sobre los temas de sexualidad y género. Es el corte de una investigación cualitativa desarrollada en cinco escuelas públicas en los municipios de Brejo Santo-CE y Porteiras-CE; Aquí analizaremos las entrevistas semiestructuradas de diez profesores a través del análisis del discurso de Foucault. Los resultados enfatizan que la mayoría de los docentes no abordan, de manera continua y planificada, los temas de Educación Sexual, principalmente debido a la falta de educación docente combinada con el marcado fundamentalismo religioso en el contexto sociocultural de Cariri de Ceará. Así, de las declaraciones, destacamos tres categorías discursivas: biológico-higienista, religioso-fundamentalista y sociocultural, que se articulan mostrando contradicciones, límites y posibilidades de la Educación Sexual en los planes de estudio escolares.

PALABRAS-CLAVE: Educación Sexual. Sexualidad. Género. Plan de estudios.

ABSTRACT

Sexual Education is a transdisciplinary field that encompasses discourses about sexuality and gender interspersed in culture and power relations. The objective was to problematize the mode/s of incorporating (or not) Sexual Education in school curricula, based on the analysis of discourses about the themes of sexuality and gender. It is the cut of a qualitative research developed in five public schools in the municipalities of Brejo Santo-CE and Porteiras-CE; here we will analyze the semi-structured interviews of ten professors through Foucault's discourse analysis. The results emphasize that the majority of the teachers do not address, in a continuous and planned way, the themes of Sexual Education, mainly due to the lack of teacher education combined with the marked religious fundamentalism in the socio-cultural context of Cariri from Ceará. Thus, from the statements, we highlight three discursive categories: biological-hygienist, religious-fundamentalist and sociocultural, which are articulated by showing contradictions, limits and possibilities of Sexual Education in school curriculums.

KEYWORDS: Sexual Education. Sexuality. Gender. Curriculum

* * *

Introdução

A Educação Sexual constitui um campo transdisciplinar, que demanda um processo contínuo e planejado, com abordagens e aprendizados sobre sexualidade, gênero, identidades, diversidade sexual, visando desconstruir preconceitos e discriminações, principais munições da homofobia. Para tanto, este campo englobaria distintas instituições sociais, sobretudo a escola e a família, e seria discutido ao longo das diferentes fases da vida, com crianças, adolescentes, adultos/as e idosos/as. A discussão de sexualidade e gênero na escola fascina e ao mesmo tempo apavora, pois,

muitos currículos escolares ainda focalizam a dimensão biológico-higienista em que a abordagem é centralizada na disciplina de Ciências/Biologia e limitada aos conteúdos anatômicos e reprodutivos do corpo humano.

Nesse contexto, usualmente a Educação Sexual não vem sendo trabalhada em sua dimensão mais abrangente, sendo ainda considerada um desafio para os/as docentes. Elenita Silva (2014) reforça a ideia de que a Educação Sexual tem sido alicerçada em um discurso biomédico que não reconhece as múltiplas dimensões de sexualidade e gênero, embora tais discursos sejam produzidos na e pela cultura, os/as docentes sentem dificuldades em utilizar abordagens que excedam os limites da abordagem biológico-higienista. Nesse horizonte, é importante problematizar o/s modo/s de incorporação da Educação Sexual nos currículos escolares, a partir da análise de discursos acerca das temáticas sexualidade e gênero.

O cenário político contemporâneo dificulta ainda mais a incorporação dos estudos de sexualidade e gênero nos currículos escolares, sobretudo após a retirada desses temas, em 2014, do Plano Nacional da Educação e, em consequência, de alguns planos estaduais e municipais. Bem como, a não inclusão dos temas transversais antes contemplados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais/PCN (BRASIL, 1999) na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Especialistas (FURLANI, 2016; PARAÍSO, 2016) em políticas curriculares, gênero e sexualidade ressaltam que a omissão da Educação Sexual constitui um retrocesso, posto que tais temáticas somente aparecem de modo pontual BNCC, ainda assim restrita à disciplina Ciências/Biologia e numa perspectiva limitada à anatomia e fisiologia do corpo humano, desconsiderando dimensões identitárias, socioculturais e políticas. Além disso, essa omissão da Educação Sexual parece partir do mesmo princípio fundamentalista e discriminatório que excluiu o conceito de gênero e diversidade sexual dos planos estaduais e municipais da educação.

No cenário regional, o Grupo Gay da Bahia destaca que “o Ceará é o quarto estado que mais mata gays, travestis, transexuais”, a manchete explicita que, em 2017, 30 pessoas da comunidade LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – foram assassinadas em crimes de violência homofóbica ocasionados por preconceitos e discriminações contra a diversidade sexual. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Ceará é o segundo estado do país em assassinato de pessoas Trans, apontando 11 vítimas de homicídios em 2019 (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Nessa perspectiva, ressaltamos a relevância de analisar a incorporação (ou não) da Educação Sexual nos currículos escolares, incluindo questões de diversidade sexual, sexualidade, gênero, examinando abordagens biológico-higienistas, históricas, socioculturais e políticas. Nessa pesquisa, se articulam os campos de estudos de sexualidade, gênero, currículo e os estudos culturais pós-estruturalistas com aporte em teorizações foucaultianas, a partir da seguinte questão norteadora: *De que modos a temática da Educação Sexual tem sido discutida e incorporada (ou não) nos currículos escolares?*

Os currículos escolares têm participação efetiva na (re)produção da cultura e de processos de subjetivação, a sexualidade em sua conotação mais ampliada, não estaria fora do discurso, dos textos, saberes, das práticas e disciplinas. Nesse caminho, Furlani (2011) e Elenita Silva (2014) salientam a importância de reconhecer a Educação Sexual como uma temática transversal que precisa ser trabalhada, de modo contínuo e sistemático, nas diversas disciplinas curriculares, visando distintas abordagens didático-metodológicas acerca de sexualidade, corpo e gênero. Desse modo, esta pesquisa sobre Educação Sexual buscou problematizar conceitos e abordagens biologicistas ao destacar uma perspectiva sociocultural e política das dimensões de sexualidade e gênero em um processo pedagógico transdisciplinar, potente para desconstruir exclusões sociais, práticas homofóbicas e outras formas de preconceitos e discriminações. Diante disso, este trabalho teve como principal objetivo problematizar o/s modo/s de incorporação (ou não) da Educação Sexual nos currículos escolares, a partir de análise dos discursos de docentes da Educação Básica acerca das temáticas sexualidade e gênero.

Educação Sexual nos currículos escolares: sujeitos corporificados, sexuados e generificados?!

A escola configura-se como um espaço social de reflexão na formação dos/as sujeitos/as, tem um papel primordial a cumprir, que vai além da mera transmissão de conteúdos ampliando o conhecimento de seu corpo discente e docente, bem como dos demais sujeitos que por ela transitam, onde podem aprender e disseminar aprendizados em distintos cenários sociais. Residem aí múltiplas identidades e diferenças que compõem a diversidade sexual, por outro lado acentua-se um quadro preocupante de violências contra jovens e adultos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/transexuais e travestis (LGBT). Posto que, a sociedade estabeleceu a heterossexualidade como

norma e, os indivíduos que vivenciam suas sexualidades de maneiras distintas passam por situações delicadas e vulneráveis de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização e exclusão nos espaços educacionais e sociais.

Nesse cenário, enfatizamos a necessidade de discutir as temáticas sexualidade, corpo e gênero no âmbito escolar para dar visibilidade, desmitificar e desconstruir preconceitos e discriminações existentes neste espaço e na sociedade em geral. Nesse sentido, a Educação Sexual constitui um campo transdisciplinar que engloba um conjunto de discursos referentes à sexualidade, corpo e gênero instituídos pela cultura e por relações de poder implicados na (re)produção de identidades e diferenças (SOUZA; MEYER; SANTOS, 2019).

Contudo, o corpo parece ter sido “excluído” da escola, temos essa impressão quando analisamos os currículos escolares e acadêmicos, que insistem em invisibilizar a multiplicidade de corpos, contemplando somente o corpo humano numa perspectiva biologicista e fragmentária, como se os sujeitos fossem descorporificados (LOURO, 2000a). Nessa direção, acentuam-se oposições binárias tais como, mente/corpo, natureza/cultura, masculino/feminino, heterossexual/homossexual (HARAWAY, 2004), numa tentativa de polarizar e/ou camuflar distintas identidades e diferenças que constituem sujeitos corporificados, sexuados e generificados.

Goellner (2013) reforça que o corpo consiste em uma construção sociocultural, sendo atribuídas diferentes marcas e conjunturas de grupos sociais, não é algo dado, nem a *priori* universal, é provisório e mutável, decorrente de várias intervenções, leis, códigos morais e representações que ele (re) produz. Em resumo, não são exclusivamente as semelhanças biológicas que definem o corpo, mas os significados culturais e sociais que a ele se atribuem. Através das marcas do corpo é possível identificar o gênero com o qual ele/a se identifica, pois o mesmo fornece informações e serve como uma forma de comunicação do sujeito.

O gênero também constitui-se no âmbito da história e da cultura, questionando distinções entre masculino/feminino. Assumir o conceito de gênero, nessa perspectiva, supõe problematizar uma série de disposições e operações analítico-políticas: admitir que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens são sociais, culturais e discursivamente construídas e não biologicamente pré-estabelecidas; desfocalizar a oposição binária dominado/dominante para os modos de produção e legitimação de desigualdades de gênero por meio de discursos e relações de poder (MEYER, 2004; NICHOLSON, 2000; SCOTT, 1995).

Para Louro (1997), a sexualidade abrange distintas dimensões, tais como desejos, pensamentos, símbolos, valores, comportamentos, relacionamentos, práticas, linguagens, fantasias, representações, experiências, convenções e identidades construídos/as socioculturalmente ao longo da vida das pessoas. Partindo desse pressuposto, não existiria uma definição única para a sexualidade humana, nem um padrão. Temos uma sexualidade que é construída histórica e socioculturalmente, logo está longe de ser estática, fixa ou acabada.

Para Foucault (2015a, p. 116), “[...] o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder.” O dispositivo de sexualidade produz um conjunto de domínios e formas de controle dos sujeitos e das populações, penetrando nos corpos de modo cada vez mais específico a partir da invenção de novas técnicas de incorporação e proliferação. Reside aí a relevância de repensar o dispositivo de sexualidade “[...] a partir das técnicas de poder que lhe são contemporâneas.” (FOUCAULT, 2015a, p. 163).

Marcada por relações de poder e desafios contemporâneos, a Educação Sexual ainda é vista como uma questão polêmica na maioria dos currículos escolares e cursos de licenciatura, por isso, durante muito tempo, docentes tentaram (e muitos/as continuam tentando) manter-se distantes de uma abordagem contínua e sistemática dos temas sexualidade e gênero. O que corrobora com a manutenção de preconceitos e discriminações, despreparo pedagógico de educadores/as e o descaso por parte da escola e das políticas educacionais (FURLANI; 2011; 2013), bem como contribuiu para o fortalecimento de movimentos fundamentalistas e reacionários como “Escola Sem Partido” e “Ideologia de Gênero” (SOUZA; MEYER; SANTOS, 2019).

Nesse rumo, torna-se imprescindível compreender o currículo como um artefato cultural que excede os limites conteudistas e tecnicistas, ao englobar múltiplas pedagogias, perspectivas e estratégias didático-metodológicas para o desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagens instáveis e passíveis de problematizações e (des)construções. Tal artefato cultural (re)produz tanto saberes e práticas (não) discursivas quanto identidades e diferenças implicadas em redes e relações de poder-saber (COSTA, 2005; PARAÍSO; 2010; SILVA, 2015; VEIGA-NETO, 2005) que atravessam as dimensões de sexualidade e gênero.

Para problematizar a incorporação (ou não) da Educação Sexual nos currículos escolares, Foucault (2015a) nos impulsiona ao destacar que o dispositivo de sexualidade [e acrescentamos de “dispositivo de gênero”] abrange o conjunto das práticas, (não)

discursivas, consideradas em sua conexão com relações de poder-saber. Uma rede de relações sociais que possibilita articulações entre práticas e instituições por meio de funções estratégicas, estas constituem ações específicas que visam manter o poder de uns sobre os/as outros/as, ao admitir uma multiplicidade de táticas e estratégias cambiantes, servindo tanto como pontos de resistência quanto mecanismos de disputa e produção de diferenças. Tal pensamento nos instiga a um incessante exercício de problematizações e questionamentos: que relações de poder a Educação Sexual organiza e integra? De que modo essas relações se articulam com outros dispositivos, além do dispositivo de sexualidade?

Caminhos Metodológicos

Este estudo constitui um recorte de uma pesquisa qualitativa mais abrangente acerca da Educação Sexual, desenvolvida com docentes da rede pública de ensino de cinco escolas nos municípios de Brejo Santo-CE e Porteiras-CE. Aqui analisaremos as entrevistas semiestruturadas de dez docentes por meio da análise foucaultiana do discurso. Os/as docentes foram escolhidos/as aleatoriamente de acordo com a disponibilidade de cada um/a e, de disciplinas variadas: Química, Geografia, Português, Inglês, Sociologia.

Para a produção do material empírico, realizamos entrevistas semiestruturadas a partir de um roteiro com perguntas-guias, envolvendo conceitos, vivências escolares, limites, possibilidades e metodologias utilizadas pelos/as docentes. As entrevistas nos dão pistas para pensar o quanto a Educação Sexual constitui um campo contestado e permeado por múltiplos desafios e significados culturais. Tais entrevistas foram registradas por meio de gravador de voz, depois de um prévio acordo com os/as participantes, e em seguida foram realizadas as transcrições e análise.

Para Rocha, Daher e Sant'anna (2004), consideram-se três momentos da entrevista na pesquisa: o da preparação, quando foi produzido um roteiro contemplando questões relacionadas ao tema da pesquisa; o da realização da entrevista e o da análise da entrevista, que envolve a seleção dos principais enunciados a serem analisados.

Como procedimento analítico, empregamos a análise foucaultiana do discurso, para Fischer (2003), com base em Foucault, a linguagem e o discurso são lugares de lutas permanentes; os enunciados são raros e, nem sempre, são óbvios e exclusivos; assim, importa examinar as práticas (não) discursivas; manter uma atitude de dúvida

diante dos aspectos investigados. Foucault (2015a, p.110), ressalta que “o discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas, também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias [...]”. Nesse rumo, torna-se fundamental analisar não somente o que foi dito, mas por que foi dito, considerando o contexto histórico e sociocultural em que os discursos foram produzidos.

A análise do enunciado instiga um olhar investigativo e dialogado, produzindo conhecimentos por meio de vivências do cotidiano (SILVEIRA, 2007). De modo resumido, a análise do discurso consiste em descrever e problematizar grupos de enunciados que se apoiam em diferentes campos de saber, instituindo regras e relações de poder. A teorização foucaultiana sobre o discurso sugere aos/as pesquisadores/as um modo de investigar não o que “está por trás” do material empírico, mas “as coisas ditas” a partir dos enunciados dos sujeitos. Por meio da captura de enunciados, busca-se analisar as coisas ditas (e os não ditos – silenciamentos), posto que a linguagem produz efeitos nos jogos e relações de poder (FISCHER, 2001).

Para Foucault, a análise do enunciado não pretende ser exaustiva da linguagem, corresponde a um nível complexo e peculiar de descrição que pressupõe a relação com um domínio de objetos, jogo de posições de sujeito; campo de coexistência e materialidade repetível. Ou seja, um enunciado reflete um acontecimento num certo tempo e lugar que engloba quatro elementos vitais para analisar o discurso: referente (princípio de diferenciação), sujeito (posição ocupada), campo associado (correlação com outros enunciados), materialidade (algo concreto, falado, escrito, gravado, etc.) (FOUCAULT, 2015b).

Vale informar que os procedimentos éticos percorreram todo o percurso da pesquisa, desde a definição do objeto de estudo, relevância da problemática, até a elaboração e organização da pesquisa. Destarte, todos/as os/as participantes adotaram nomes fictícios e cada um/a assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética. Vale ressaltar que os procedimentos éticos percorreram todo o percurso da pesquisa, desde a definição do objeto de estudo, relevância da problemática, até a elaboração e organização da pesquisa.

Ao traçar o perfil dos/as docentes participantes dessa pesquisa, além de apresentar seus marcadores sociais e identitários como gênero, idade, religião, local de residência e disciplinas ministradas, selecionamos alguns fragmentos das entrevistas,

importantes para contextualizar os enunciados acerca das temáticas de Educação Sexual.

Quadro 1: Perfil dos/as Participantes das entrevistas semiestruturadas

Alice, gênero feminino, 28 anos, católica, reside no município de Brejo Santo/CE, no período da pesquisa a participante ministra a disciplina de Sociologia. “[...] *tenho uma diversidade em sala. [...] a gente convida pra reflexão, mas é uma luta diária...*” (Entrevista, 02/09/2019).

Amanda, gênero feminino, 49 anos, evangélica, reside no município de Brejo Santo/CE, no período da entrevista a participante ministrava as disciplinas de Língua Portuguesa e Ensino Religioso. “[...] *a questão do respeito, trabalhar sempre e devemos respeitar a escolha de cada um...*” (Entrevista, 03/09/2019).

Ana, gênero feminino, 25 anos, católica e no período da pesquisa ministra a disciplina de Português, reside no município de Brejo Santo/CE. “[...] *pra gente que vai trabalhar, a gente tem que pensar já na diversidade.*” (Entrevista, 02/09/2019).

Caio, gênero masculino, 30 anos, independente de religião, reside no município de Brejo Santo-CE, no período da entrevista o participante ministra a disciplina de Química. “[...] *Nós somos os emissores da educação, e a gente precisa repassar para os receptores que são os alunos [...]*” (Entrevista, 30/08/2019).

Carlos, gênero masculino, 30 anos, nenhuma religião, reside no município de Brejo Santo/CE, no período da pesquisa o participante ministra a disciplina de História. “[...] *a gente sabe que existem as opiniões de cada pessoa que vão de acordo com a formação que envolve as questões religiosas [...]*.” (Entrevista, 22/08/2019).

Dayane, gênero feminino, 35 anos, católica, reside no município de Brejo Santo/CE, no período da pesquisa a participante ministra a disciplina de Português. “[...] *ajudar o jovem a se descobrir, a conhecer os limites do seu corpo.*” (Entrevista, 27/08/2019).

Kauany, gênero feminino, 50 anos, evangélica, reside no município de Brejo Santo/CE, no período da entrevista a participante ministra as disciplinas de Educação Física, Português, Inglês, História, Geografia. “[...] *sou de acordo com os princípios de Deus*” (Entrevista, 03/09/2019).

Myle, gênero feminino, 30 anos, católica, reside no município de Brejo Santo/CE, no período da pesquisa a participante ministra as disciplinas de Autocard, Ética Profissional e Desenho Técnico. “[...] *A gente tem que trabalhar muito a questão da empatia, de tentar se colocar no lugar do outro [...]*.” (Entrevista, 28/08/2019).

Pedro, gênero masculino, 34 anos, evangélico, reside no município de Porteirias/CE, no período da pesquisa o participante ministra a disciplina de Inglês. “[...] *somos iguais perante a lei.*” (Entrevista, 22/08/2019).

Valesca, gênero feminino, 22 anos, católica, reside no município de Brejo Santo/CE, no período da pesquisa a participante ministra as disciplinas Português e Inglês. “[...] *Independentes de gênero, religiosidade e cor todos são iguais perante a lei [...] e devemos respeitar as diversidades, respeito acima de tudo [...]*.” (Entrevista, 02/09/2019).

Fonte: Entrevistas realizadas pelas autoras da pesquisa

As falas em destaque no perfil dos/as participantes pressupõem identidades docentes marcadas por mecanismos discursivos produzidos na e pela cultura, bem como esses enunciados abrangem palavras/expressões convergentes e/ou divergentes, tais como: *respeito, escolha, opiniões, religião, empatia, “iguais perante a lei”, diversidade...* Diante disso, a partir de caminhos teórico-metodológicos alicerçados em uma perspectiva pós-estruturalista, buscamos problematizar como a Educação Sexual vem sendo (ou não) abordada nos currículos escolares. Para tanto, lançamo-nos ao desafio de analisar criticamente os discursos disseminados desde os saberes, as vivências e práticas docentes em sala de aula até os limites e as possibilidades desse campo transdisciplinar em um contexto escolar do cariri cearense

Educação Sexual na ótica docente: quais os rumos (im)possíveis?

A Educação Sexual constitui um campo transdisciplinar, que deveria ser incorporado nas diversas áreas do conhecimento. Para tanto, tal campo subverte limites e vislumbra possibilidades para atravessar fronteiras estabelecidas na sociedade, principalmente ao ressaltar o reconhecimento das diferentes formas de vivenciar as sexualidades, masculinidades e feminilidades. Ao apontar abordagens didático-metodológicas que despertem o interesse e a curiosidade dos/as docentes e discentes, para estimular a desconstrução de discursos biológico-higienistas, torna-se possível compreender a Educação Sexual em suas amplas dimensões, amenizando as dificuldades, barreiras e quebras de tabus observados no âmbito educacional e social, pluralizando os aprendizados e modos de ser/viver, nos diferentes espaços sociais.

Apresentamos a seguir uma análise do discurso das entrevistas semiestruturadas, com ênfase nos enunciados capturados por meio das falas de docentes acerca dos modos de discutir e incorporar a Educação Sexual na escola, iniciamos com o entendimento conceitual desse campo transdisciplinar:

Quadro 2: Entrevistas Semiestruturadas dos/as docentes

Pesquisadora: O que você entende por Educação Sexual?

Pedro: Educação sexual seria um conjunto de informações acerca da sexualidade que tende a orientar os/as estudantes de um modo geral sobre esta questão da sexualidade. (Prof. de Inglês, 22/08/2019)

Carlos: Educação Sexual, acho que tem o papel de orientar em relação às práticas e opções sexuais. Eu acredito que é pouquíssimo trabalhado, talvez sendo esse um dos motivos de vários problemas que a gente tem, porque a orientação poderia trazer a consciência que falta para muitas pessoas principalmente aqui no Brasil. (Prof. de História, 22/08/2019)

Dayane: Educação Sexual é ensinar os jovens a terem os devidos cuidados antes de começar a ter uma vida sexual ativa. É mostrar quais são os benefícios e também quais são os riscos que eles correm se não se previnem. [...] ajudar o jovem a se descobrir, a conhecer os limites do seu corpo, se autodescobrir. (Profa. de Português, 27/08/2019)

Myle: Eu vejo como um norte para os alunos em relação a perder um pouco o medo, a perder esse tabu de algo de outro mundo. Nortear eles no rumo certo já que há essa desvantagem, deles andar no desconhecido por muito tempo sem entender direito como é. [...] seria evitar o bloqueio que eles têm de falar sobre. (Profa. de Ética profissional, 28/08/2019)

Caio: [...] Educação Sexual, é você procurar transformar a cabeça dos jovens não só jovens mais também adultos que precisa ter um entendimento do que é educação e o ensino da sexualidade. Então eu vejo como Educação Sexual você conseguir transformar o nível cultural da pessoa também. (Prof. de Química, 30/08/2019)

Alice: [...] Educação Sexual na escola vem muito mais para agregar, do que simplesmente modificar algo ou levar que crianças e jovens pensem de forma errada. (Profa. de Sociologia, 02/09/2019).

Amanda: [...] Educação Sexual é isso a sua escolha e como você se identifica. (Profa. de Português e Ensino Religioso, 03/09/2019).

Kauany: Eu acredito muito na palavra de Deus e eu sempre sigo a Bíblia, eu respeito muito essa questão, só que eu busco criar meus filhos e mostro a eles claro que não devemos ter preconceito, mas devemos seguir o princípio de acordo com a lei de Deus. (Prof. de Educação Física, 03/09/2019)

Fonte: Entrevistas realizadas pelas autoras da pesquisa

Os/as docentes quando questionados/as sobre o conceito de Educação Sexual repetem enunciados que abrangem as dimensões de sexualidade e corpo atreladas a ideia de orientação, informação, cuidado, (auto)descoberta, prevenção, respeito, tabu, transformar/modificar e/ou lei divina... Assim, a partir das falas dos/as docentes, evidenciamos que (co)existem diferentes visões acerca da Educação Sexual, ora alguns enunciados pressupõem uma noção *biológico-higienista* pautada em discursos deterministas, outros defendem *princípios religiosos-fundamentalistas*, alicerçados em dogmas e/ou crenças em uma interpretação literal de livros sagrados, marcantes na região do Cariri, e ainda se sobressaem os que enfatizam a *dimensão sociocultural*.

Nesse rumo, distinguimos essas três categorias discursivas *biológico-higienista*, *religiosa-fundamentalista* e *sociocultural*, que abrangem enunciados articulados (convergentes e/ou divergentes) ao evidenciarem representações, contradições, limites e possibilidades acerca da Educação Sexual. Desse modo, a partir dos ditos acima, agrupamos as falas da/os participantes Dayane, Pedro e Carlos na categoria biológico-higienista, visto que os enunciados restringem o entendimento da Educação Sexual a um instrumento para orientar e/ou informar acerca de sexualidade, sexo e/ou corpo, a partir de uma ótica prescritiva que estimularia o (auto)cuidado e a prevenção. Tal concepção biologicista da Educação Sexual é enfatizada nos ditos da docente Dayane, ao enunciar os termos “cuidados”, “riscos”, “benefícios” e “prevenções”.

Priscila Mugnai e Thelma Matsukura (2017) destacam, em uma pesquisa sobre “modelos de Educação Sexual na Escola”, a predominância de abordagens biológicas e preventivas que atrelam o conceito de Educação Sexual à sexualidade numa dimensão focada em questões fisiológicas, visando informar exclusivamente sobre temáticas como desenvolvimento, anatomia, reprodução e gravidez na juventude, sistemas genitais masculino e feminino e prevenção contra Infecções Sexualmente Transmissíveis IST/HIV. Além dessa abordagem de Educação Sexual, denominado pelas autoras “modelo biológico-centrado e preventivo”, também destacaram o “modelo biopsicossocial” como uma forma mais abrangente de compreender a sexualidade e demais conteúdos abordados na Educação Sexual através de questões subjetivas e socioculturais.

Nesse ponto de vista, quando Pedro diz “*orientar os/as estudantes... sobre sexualidade*”, advertimos que a Educação Sexual não se resume ao direcionamento do desejo afetivo-sexual, embora tenha sido denominada de Orientação Sexual pelos PCN em 1997, além das questões sexuais, tal campo vai além de *(in)formações* acerca de sexualidade, ao abranger múltiplas dimensões, como corpo e gênero numa perspectiva sociocultural.

Ao se referir à Educação Sexual como uma forma de “*orientar em relação às práticas e opções sexuais*”, o participante Carlos (re)produz um enunciado que costuma ser utilizado para marcar a homossexualidade como se fosse uma simples “opção e/ou escolha” da sexualidade. Ao adotar o termo “*opção sexual*” para se referir à sexualidade, evidencia-se o desconhecimento sobre a temática, pois a sexualidade não consiste em uma opção que depende exclusivamente da vontade do indivíduo, como uma deliberação consciente, trata-se de uma dimensão construída histórica e socioculturalmente por múltiplas vivências. Portanto, é necessário desconstruir essa ideia de “opção sexual” que fortalece um tipo de preconceito sutil disseminado na sociedade (LOURO, 1997; SILVA JÚNIOR, 2010; SOUZA, 2015), sendo mais coerente compreender que a homossexualidade se refere à orientação afetivo-sexual e o homossexual constitui uma identidade sexual.

Na categoria *religiosa-fundamentalista*, tal visão restritiva de Educação Sexual como sinônimo de “opção sexual” também foi exposta na fala de Amanda: “*Educação Sexual é isso a sua escolha e como você se identifica*”, ademais notamos uma contradição ao articular na mesma frase, os termos “escolha” e “se identifica”, posto que construímos nossas identidades (sexuais e de gênero) a partir de distintos processos subjetivos e culturais marcados pelas diferenças. Dessa maneira, “a identidade é vista como contingente, isto é, como o produto de uma intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares. [...]” (WOODWARD, 2014, p.38).

Muitos/as docentes não se sentem confortáveis em se posicionar contrários aos valores “tradicionais” e/ou “princípios defendidos pela maioria” isso evidencia inseguranças e dúvidas dos/as professores/as sobre a temática sexualidade e gênero ocasionados pela carência da abordagem desse tema em sua formação e/ou preceitos religiosos-fundamentalistas. Nesse sentido, tais preceitos dogmáticos, lacunas e/ou carências formativas nos currículos escolares e acadêmicos dificultam a incorporação da

Educação Sexual e o pouco que se aborda é direcionado a abordagens biologicistas, a partir de prescrições higienistas e preventivas.

Dinis (2012) ressalta que essa dificuldade encontrada na sociedade Brasileira, inclusive de educadores/as, em falar sobre questões ligadas à Educação Sexual seria resultante em grande parte da falta de conhecimentos acerca da própria sexualidade, dos preconceitos religiosos e da aceitação irracional de padrões heteronormativos que levam a uma incompreensão e não reconhecimento da diversidade sexual.

Quando Kauany fala “*acredito muito na palavra de Deus e sempre sigo a Bíblia*” e menciona a criação dos/as filhos/as, esse enunciado compõe um discurso fundamentalista marcante em dois tipos de abordagens da Educação Sexual. A abordagem moral-tradicional que defende uma Educação Sexual restrita à família, costuma-se pregar a castidade antes do casamento e censurar informações acerca de sexualidade e até da anticoncepção, bem como são favoráveis aos “papéis sexuais” tradicionais, a uma educação separada de meninos e meninas. E a abordagem religiosa-radical caracterizada pelas interpretações literais da Bíblia, utilizando o discurso religioso como uma “verdade absoluta e universal” que determina representações acerca de uma sexualidade “normal”, o que legitima a homofobia e o sexismo. Está presente em instituições e/ou em escolas religiosas, essa abordagem costuma ser realizada em encontros ou estudos bíblicos individuais e/ou grupais, em pregações coletivas, como missas ou cultos (FURLANI, 2005; 2011).

Ademais, ao enunciar “*não devemos ter preconceito, mas devemos seguir o princípio de acordo com a lei de Deus*”, é perceptível que muitas famílias tradicionais têm um papel decisivo na manutenção do fundamentalismo cristão e dos discursos que o constituem, embora afirmem a importância do respeito e da igualdade, com a justificativa de “prezar pela família”, acabam reforçando o preconceito cultural enraizado na sociedade e que determina a heterossexualidade como norma. Os/as fundamentalistas cristãos/ãs acreditam que as escolas e demais instituições formativas, como as universidades, não deveriam abordar tais questões, exceto numa perspectiva defensiva da “família tradicional” em contraponto a uma suposta “ideologia de gênero” (NASCIMENTO, 2015; SOUZA; MEYER; SANTOS, 2019).

Numa tentativa de manutenção do essencialismo e fundamentalismo cristão, busca-se impedir a abordagem sociocultural e política das questões de gênero e sexualidade nos currículos escolares e acadêmicos; para tanto, o Movimento Escola Sem Partido (SOUZA; MEYER; SANTOS, 2019) apoia-se em uma noção de “família

tradicional”, leia-se heteronormativa, que exerce um papel decisivo no fortalecimento dos discursos que constituem tais doutrinas. Justamente porque para interditar e normalizar sexualidades e gêneros, o discurso religioso-fundamentalista investe em uma articulação estratégica com outros discursos. Nessa concepção, reforça-se uma abordagem de Educação Sexual caracterizada por discursos essencialistas que disseminam binarismos nas representações de gênero e de sexualidade visando sustentar uma matriz cisgênera e heterossexual que distingue corpos como normais e inteligíveis (NASCIMENTO, 2015).

Embora as escolas públicas brasileiras sejam consideradas laicas como o País, é comum o uso dos preceitos religiosos para legitimarem que educadores/as, alunos/as e outros membros da comunidade escolar expressem preconceitos e discriminações contra indivíduos e grupos LGBT e/ou afins (DINIS, 2012). Para Figueiró (2007), a formação religiosa constitui uma das maiores barreiras ao processo de reeducar-se sexualmente em favor do reconhecimento da diversidade, pois dificulta que o/a educador/a reveja e transforme as normas ligadas às vivências de sexualidade e, principalmente, de gênero, justamente porque a abordagem dessas temáticas em sala de aula demandaria um engajamento e posicionamento político e sociocultural para a desconstrução de preconceitos e discriminações.

Nessa “ordem de discursos”, Foucault (2015b) argumenta que esses discursos – religiosos, biológicos, médicos, pedagógicos, midiáticos, jurídicos, entre outros – se apoiam em distintas formações discursivas e são repetidos ao longo do tempo. Assim, instauram “verdades” e normas que (re)produzem dicotomias e desigualdades alicerçadas em mecanismos de poder-saber. Em contrapartida, torna-se imprescindível questionar o contexto em que esse discurso fundamentalista foi construído e propor uma reflexão sobre essas abordagens biologicistas e/ou fundamentalistas, visando compreender que a Educação Sexual vai além de abordagens preventivas, anatômicas e higienistas, pois estas englobam também o contexto sociocultural.

Na categoria que parece enfatizar a abordagem sociocultural da Educação Sexual, também observamos contradições, limites e possibilidades nesse campo transdisciplinar. A partir dos ditos da participante Myle, a Educação Sexual seria “*um norte para os alunos em relação a perder um pouco o medo, a perder esse tabu*” Ao analisar esse enunciado vale destacar o contexto histórico e cultural em que foi produzido, primeiro reconhecendo que esse tabu em falar sobre sexualidade (e gênero) reflete até hoje em nossa sociedade. Para Furlani (2007, p.87), “no conceito de tabu

passa a prevalecer o componente da discriminação e do preconceito para o conjunto de palavras, atitudes, práticas e valores morais que a sociedade não aceita, conferindo-lhes significados negativos”.

Ademais, Louro (1997) acrescenta que as temáticas de sexo e sexualidade eram (e continuam sendo) marcadas por discursos prescritivos e/ou silenciamentos da diversidade sexual e de gênero, isto é, tais assuntos não costumam ser abordados abertamente, de forma planejada e contínua, nas disciplinas curriculares, sendo mais frequentes nos “cantos escondidos e privados”, reforçando preconceitos nos espaços escolares. “É preciso, pois, pôr a norma em questão, discutir o centro, duvidar do natural” (LOURO, 1997, p.141).

Ao argumentar contra a hipótese repressiva, Foucault (2015a) enfatiza que desde o século XVIII houve uma incitação aos discursos acerca do sexo e da sexualidade em oposição à censura, repressão e interdição, uma multiplicidade de discursos proliferou e estes, de diferentes modos, sutis, hierarquizados e/ou até silenciados, permitiram a (re)construção de mecanismos de poder. Dessa forma, a sexualidade poderia ser regulada e vigiada legitimando determinado padrão social, histórico e cultural acerca das vivências humanas (SOUZA, 2018).

Por outro lado, quando Myle salienta que a Educação Sexual possibilitaria “*nortear* eles [e elas] no *rumo certo*”, tal enunciado remeteria a uma preocupação com o “certo e/ou errado”, ou como disse Foucault, “a separação entre o verdadeiro e o falso” no interior de um discurso, ou seja, a busca por uma “verdade única e legítima” que objetiva encontrar “certezas” e/ou “provas” em determinado campo de saber. No entanto, as abordagens socioculturais da Educação Sexual, que articulam sexualidade, corpo e gênero, tentam evidenciar, conforme anuncia Veiga-Neto (2007), que não há um único e permanente modo de definir o significado de uma palavra e/ou conceito, muito menos as vivências e expressões sexuais e de gênero.

Nesse caminho, o atravessamento das temáticas sexualidade, corpo e gênero na Educação Sexual perpassa por diferentes rumos (im)possíveis na ótica docente e nos currículos escolares, possibilitando refletir que “[...] o importante são as questões, não as respostas; [...] Pois as respostas, ainda que parciais, são finalizações de elaboração científica da verdade, e, através delas, não conseguimos traçar o processo das produções científicas.” (PORTOCARRERO, 2009, p. 56). Portanto, o mais importante seria fazer proliferar discursos por meio de distintas vozes, visando examinar suas estratégias de disseminação nos currículos escolares e em toda a sociedade.

A partir da fala de Caio sobre a Educação Sexual como uma possibilidade de “transformar a cabeça dos jovens...adultos e o nível cultural da pessoa”, observamos que pressupõe mudanças nas abordagens e, principalmente, no entendimento acerca das temáticas sexualidade, corpo e gênero, ultrapassando as categorias biológico-higienista e religiosa-fundamentalista, ao reconhecer a dimensão sociocultural desse campo transdisciplinar. Nesse raciocínio, a participante Alice ressalta: “Educação Sexual na escola vem muito mais para agregar, do que simplesmente modificar algo ou levar que crianças e jovens pensem de forma errada”, o que indica um posicionamento político favorável ao reconhecimento das múltiplas identidades/diferenças e destoante de discursos fundamentalistas. Tais discursos contrários à abordagem de sexualidade e gênero nas escolas alegam evitar uma suposta “doutrinação política e ideológica” por parte dos/as professores/as atuantes nas escolas e universidades. No decorrer da entrevista, a docente enfatiza “se nós não somos convidados como professores a refletir sobre isso, se a gente não é convidada a pensar isso, quem vai ser?”

Entre pistas e rumos (im)possíveis

Ao questionar os/as docentes sobre como abordariam as temáticas da Educação Sexual em sala de aula, foram obtidas respostas divergentes e/ou convergentes, evidenciando diferentes vivências, práticas e uma visão reducionista acerca de sexualidade e gênero. A seguir destacamos os principais ditos dos/as docentes participantes:

Quadro 3: Entrevistas Semiestruturadas dos/as docentes

Pesquisadora: Considerando suas vivências pessoais e sua formação docente inicial e/ou continuada como você abordaria os conceitos de sexualidade e gênero?

Pedro: Faria uma *divisão sobre a questão da sexualidade e questão de gênero* [...] trabalharia isso em sala de aula para *informar aos alunos e mostrar que existem essas diferenças* [...] (Prof. de Inglês, 22/08/2019)

Dayane: *Complicado*, venho de uma *educação muito tradicionalista*, meus pais eles não costumavam falar, as *mudanças que o corpo passa*, de mostrar como devem ser *praticados os cuidados*. *Busco informações em materiais nas redes sociais*. Procuo fazer isso com meus alunos. [...] *Sexualidade é você se sentir bem*. *Gênero é algo mais biológico*, na escola a gente não aborda muito essa temática. (Profa. de Português, 22/08/2019)

Carlos: [...] acho que definiria o conceito de cada uma delas ou *primeiro perguntaria o que eles sabiam desses conceitos*, iria expor os conceitos e ver a temática que poderia trabalhar em cima daquilo ali; por exemplo, na sala de aula acontece algo que possa ferir os princípios daquele gênero, identidade sexual, *algumas brincadeiras feitas entre os alunos também poderiam se encaixar nisso*. A história engloba muita coisa [...]. (Prof. de História, 22/08/2019)

Myle: Eu abordaria com *temáticas de formas mais amenas* assim tentar *conversar trazendo a paz mesmo pra esses meninos*. [...] *vejo como um tabu* para esses adolescentes, então eu tentaria por um *caminho mais simples* que eles *enxerguem isso como algo comum e natural*, mas saibam o que estejam fazendo. [...] *sexualidade é o que você sente, o que você convive e que não consegue tanto expressar*

para os outros; e *gênero é realmente o que as pessoas veem de você e estão enxergando em você.* (Profa. de Ética profissional, 28/08/2019)

Caio: Abordar a questão, como cada cultura, cada etnia acha a respeito, assim, do que é pecado. [...] *Sexualidade é o conjunto de tudo que forma o indivíduo [...]. O conceito gênero pensam logo o que é gay, lésbica, bissexual, travesti, eles não têm a noção que gênero é a identidade sexual. [...]. gênero a gente tem que focar bastante no masculino e no feminino. [...]. o corpo não é só uma forma de reprodução né, mas é também uma forma de comunicação [...].* (Prof. de Química, 30/08/2019)

Alice: abordaria com dinâmicas, em outros tantos tipos de diversidade humana. Então sempre tentar trazer a realidade deles, obviamente trazendo também conceitos e teorias, pra não ficar só em uma coisa do machismo, uma coisa leiga. [...] pra o que eles entendem sobre as descobertas a sexualidade deles [...] Como é que eles entendem esse mundo diverso em relação ao gênero, a ter uma reflexão mais apurada, mais afinada entende, frisando também a questão empatia social. (Prof. de Sociologia, 02/09/2019)

Ana: Eu trabalharia com os alunos [...] as partes diversas da sexualidade, gênero. [...] as partes mais específicas, a parte de preconceito, eles perguntam muito sobre isso. (Profa. Português, 02/09/2019)

Valesca: Trabalhar sexualidade e gênero, preconceito [...] *Sexualidade é definir o sexo homem e mulher, definir as partes do corpo. Gênero já seria uma parte pessoal do ser humano, se ele vai se considerar feminino ou masculino, homossexual ou transexual [...].* (Profa. de Português, 02/09/2019)

Fonte: Entrevistas realizadas pelas autoras da pesquisa

Sobre os modos de abordar (ou não) as temáticas da Educação Sexual na escola, os docentes Pedro e Carlos apontam enunciados convergentes, ao sinalizarem a necessidade de informações acerca de sexualidade e gênero. Pedro destaca “*informar aos alunos e mostrar que existem essas diferenças*”, talvez se referindo às peculiaridades desses conceitos e/ou ao reconhecimento das múltiplas identidades sexuais e de gênero que convivem na sociedade e nos distintos espaços escolares. Cabe destacar a fala de Carlos “*primeiro perguntaria o que eles sabiam desses conceitos [...] algumas brincadeiras feitas entre os alunos também poderiam se encaixar nisso*”.

Ao apontar que partiria dos entendimentos e/ou “brincadeiras” dos/as discentes para discutir as temáticas sexualidade, identidades sexuais, gênero, observamos certa aproximação com uma abordagem emancipatória da Educação Sexual, baseada nos modelos críticos, defende-se a emancipação e a liberdade sexual, almejando atingir uma transformação social, por meio da conscientização de indivíduos e grupos sociais (FURLANI, 2011). Nessa lógica, a sexualidade (e suas identidades/diferenças) seria vista como uma dimensão reprimida, histórica, social e politicamente, adotando argumentos favoráveis a “hipótese repressiva” (em contraposição ao pensamento foucaultiano) e destoantes da proliferação discursiva das temáticas da Educação Sexual.

Quando a professora Dayane admite a dificuldade de abordar as temáticas sexualidade e gênero em sala de aula, destacando: “*complicado, venho de uma educação muito tradicionalista*”, ressaltamos traços do fundamentalismo-religioso que marca inúmeras famílias e constitui um enorme empecilho para a incorporação da

Educação Sexual nos currículos escolares, sobretudo porque defende-se abordagens essencialistas e/ou universalistas somente no universo familiar, desse modo não seriam abordados os conceitos de sexualidade e, muito menos, gênero nas salas de aula. Nascimento (2015) reforça que as “famílias tradicionais” estão embasadas em modelos patriarcais, conservadores e heteronormativos, prevalecendo os discursos que constituem doutrinas do fundamentalismo cristão e o essencialismo utilizados como barreiras para uma abordagem sociocultural e política das questões de sexualidade, corpo e gênero nos currículos escolares.

Ademais, a participante Dayane reitera as dificuldades que impedem uma abordagem, contínua e sistemática, das temáticas da Educação Sexual no âmbito escolar, sinalizando a carência de (in)formações na formação docente inicial e/ou continuada, quando admite buscar informações nas redes sociais e, mais evidente ainda nos entendimentos reducionistas de “*sexualidade é você se sentir bem*” e “*gênero é algo mais biológico*”. Em continuidade, as falas das docentes Ana e Valesca além de salientarem a importância de discutir a questão do preconceito a partir de tais temáticas, também indicam desconhecimento e contradições acerca dos conceitos de sexualidade e gênero, sobretudo na fala de Valesca, a sexualidade seria restrita ao sexo/corpo biológico e o gênero visto somente como algo subjetivo.

Sexualidade e gênero constituem campos distintos, embora estejam conectados por serem constructos históricos, socioculturais e políticos: sexualidade abriga uma imensidão de vivências, identidades/diferenças, prazeres, relações, compondo, além dos nossos corpos, nossas múltiplas histórias de vida; gênero pluraliza identidades/diferenças, masculinidades e feminilidades, permeia diferentes cenários e reinventa representações que vão além do sexo e da biologia. Portanto, não se trata de negar a biologia como uma das múltiplas dimensões da vida, mas reconhecer sexualidade e gênero como construções socioculturais que não se enquadram no determinismo biológico, pois “mais do que genes, herdamos e transmitimos informações aprendidas através da nossa cultura.” (FURLANI, 2007, p. 179-180).

Nessa perspectiva, as identidades sexuais e de gênero também são construídas na e pela cultura de diferentes formas. Na dimensão da sexualidade, os sujeitos podem viver seus desejos afetivo-sexuais e prazeres corporais de muitos modos com parceiros/as do mesmo sexo (homossexuais), do sexo oposto (heterossexuais), de ambos os sexos (bissexuais) ou sem parceiros/as (assexuais), constituindo suas identidades sexuais. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente,

como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero, nas quais problematizam a diferença cultural entre homens e mulheres, englobando processos sociais, culturais e linguísticos, nomeando seus corpos como sexuados e generificados (BRITZMAN, 1996; LOURO, 2000b).

A carência das temáticas da Educação Sexual nos cursos de formação docente evidencia que silêncios também constituem os discursos (biológicos, pedagógicos, escolares, religiosos, midiáticos, médicos, jurídicos, governamentais), visto que corroboram padrões sociais de disciplinamento de corpos, censura, conservadorismo e preconceitos, aliados à frequente abstenção familiar nessa discussão, os (não) ditos ensinam sobre sexualidade e gênero. Nessa ótica, os currículos escolares refletem as dificuldades para incorporação de uma abordagem múltipla da Educação Sexual, pois esta demandaria discussões contextualizadas e sistemáticas acerca de sexualidade e gênero que extrapolem o âmbito biológico, específico e pessoal, visando questionar os jogos de poder envolvidos na produção histórica, sociocultural e política de “verdades absolutas” em torno de tais identidades/diferenças (FURLANI, 2007).

Ainda que marcados por contradições e dúvidas conceituais, os enunciados capturados nas falas do/as docentes Caio, Alice e Myle já apontam um entendimento de sexualidade, corpo e gênero como dimensões socioculturais que compõem a diversidade humana (sexual, de gênero, étnico-racial, religiosa, classe econômica...). Nesse olhar, o participante Caio enuncia que “[...] o corpo não é só uma forma de reprodução, mas é também uma forma de comunicação”.

O corpo costuma ser considerado como algo dado ao nascer, entendido apenas como função biológica e/ou instrumento sexual, no entanto o corpo constitui uma dimensão de comunicação e identificação do sujeito que está implicado nas vivências de sexualidade e expressões de gênero. Ou seja, um corpo sexuado e generificado é produzido histórica e socioculturalmente, abrangendo todo um processo subjetivo que faz os indivíduos buscarem constantemente novas formas de “ser”, reinventarem prazeres e desejos, negociando com os processos culturais a partir de um paradoxo entre resistência e aceitação das normas. Dessa maneira, um corpo, além de ser singular, também é partilhado porque engloba semelhanças e identidades/diferenças de outros corpos produzidos de acordo com o tempo e a cultura vigentes (GOELLNER, 2013).

Sobre os modos de incorporar (ou não) a Educação Sexual na escola, quando Myle salienta “*abordaria com temáticas de formas mais amenas, assim tentar conversar trazendo a paz mesmo pra esses meninos*”, podemos questionar: o que

significariam “formas mais amenas”? Que relações de poder-saber atravessariam essa noção de uma abordagem “mais amena” acerca da Educação Sexual e/ou a necessidade de “trazer paz” para os/as estudantes?

Tais questionamentos nos instigam ao exercício de problematização das abordagens (ou silenciamentos) da Educação Sexual nas salas de aula e demais espaços educativos. Talvez, essa ideia de “amenizar” e/ou “trazer a paz” para os/as jovens esteja relacionada a necessidade de abordagens lúdicas e leves, que suavizem, favoreçam a empatia, tornem mais agradável e desconstruam tabus e conflitos (internos e externos) provocados justamente por silenciamentos, normatizações e/ou restrições em torno de sexualidade e gênero. Entretanto, ao problematizar distintos artefatos culturais, como dinâmicas, músicas, filmes, jogos, textos, que (re)produzem discursos e aprendizados sobre sexualidade, corpo e gênero, estariam sendo disseminadas estratégias didático-metodológicas que (des)constróem linguagens, imagens e objetos veiculados nos currículos escolares. Desse modo, uma abordagem sociocultural da Educação Sexual incitaria múltiplas vivências, expressões, desestabilizações, incertezas, interrogações e, principalmente, desconstruções em torno das dimensões de sexualidade, corpo e gênero.

A desconstrução compreende um processo que visibiliza contradições e ambiguidades para questionar e desestabilizar discursos universalistas, funcionalistas, essencialistas e/ou deterministas envolvidos na omissão e/ou negação da ideia de construção sociocultural (FURLANI, 2011; LOURO, 2016; SILVA, 2000). O entendimento da Educação Sexual como um campo discursivo propício a promover mudanças, justamente porque as temáticas que abrange desafiam repensar um mundo onde as relações sociais não podem mais funcionar do mesmo modo. Nessa perspectiva, a desconstrução opera a partir de um movimento que põe a prova, isto é, examina e coloca em questão uma série de “discursos bem-definidos” e regimes de verdade sobre sexualidade e gênero.

De outro modo, quando a professora Alice enuncia que a abordagem da Educação Sexual seria direcionada a maneira como os/as estudantes “*entendem esse mundo diverso em relação ao gênero*”, ao enfatizar a necessidade de “*uma reflexão mais apurada..., frisando também a questão empatia social*”, vale reconhecer a diversidade como resultado de um processo relacional, histórico e discursivo envolvido na produção da diferença (PARAÍSO, 2014; SILVA, T., 2014; SILVA, 2015). Nessa direção, entender a diversidade significa considerar as histórias, necessidades, reivindicações e especificidades de indivíduos e/ou grupos, questionando as

circunstâncias sociais, políticas e históricas de produção da diferença, as relações assimétricas que nortearam e norteiam sua produção e os discursos em circulação, reconhecendo as múltiplas identidades que constituem a diversidade (BRITZMAN, 2004). Em consonância, salientamos a relevância de uma Educação Sexual reflexiva, sistemática e politicamente interessada com a problematização das identidades e diferenças sexuais, de gênero, étnico-raciais, religião, classe, geração, entre outras (FURLANI, 2013).

Nesse horizonte, vale destacar a abordagem dos direitos sexuais que contempla uma série de direitos humanos relativos à sexualidade, entre esses o direito a uma Educação Sexual desde a infância, incluindo um conjunto de conhecimentos, saberes e a multiplicidade de sujeitos que integram a vida social. Essa abordagem da Educação Sexual entende os direitos sexuais não somente pelas práticas e identidades sexuais, mas também pela incorporação do conceito de gênero, equidade nas relações sociais entre homens e mulheres, sendo desenvolvida por meio de uma abordagem interdisciplinar voltada ao reconhecimento da diversidade sexual, de gênero e étnico-racial (FURLANI, 2005; 2011).

Na contemporaneidade, a Educação Sexual evidencia uma multiplicidade de enunciados que compõem diferentes discursos em um processo heterogêneo marcado por rupturas, discordâncias teóricas e políticas, dessa forma é possível observar que suas abordagens abrigam divergências e/ou similaridades (FURLANI, 2011; SOUZA, 2018). As múltiplas abordagens da Educação Sexual, que repercutem nos currículos escolares brasileiros e, no caso dessa pesquisa, no contexto sociocultural do cariri cearense, abrangem um conjunto heterogêneo de discursos que sugerem distintas racionalidades nos seus enunciados e (des)constroem determinados conhecimentos (biológicos, médicos, religiosos, pedagógicos, entre outros), saberes e práticas acerca de sexualidade, corpo e gênero.

Conclusões Transitórias...

No decorrer dessa pesquisa, evidenciamos os limites e as possibilidades nos modos de incorporação (ou não) da Educação Sexual nos currículos escolares, a partir da análise dos discursos acerca das temáticas sexualidade e gênero. Cabe expor que alguns/mas docentes da área de Ciências e Biologia se recusaram participar das entrevistas afirmando “não abordar a temática” e também ser “contra sua aplicação”.

Observamos que, aliado a carência na formação docente, um dos principais empecilhos perpassa pelo fundamentalismo-religioso que constitui um marcador sociocultural no interior do cariri cearense. Tal episódio nos inquieta enquanto docentes-pesquisadoras e instiga ainda mais a problematizar os silenciamentos e/ou as normatizações em torno das temáticas sexualidade, corpo e gênero, visando disseminar as abordagens da Educação Sexual que, de modo sistemático ou não, permeiam os espaços educacionais marcados por lutas e resistências.

Diante dessa análise, foi possível destacar a partir dos enunciados presentes nas falas dos/as participantes três categorias discursivas acerca da Educação Sexual: biológico-higienista, religiosa-fundamentalista e sociocultural, que se articulam ao evidenciarem contradições, limites e possibilidades desse campo transdisciplinar. A incorporação da Educação Sexual nos currículos escolares ainda constitui um desafio para o trabalho docente e de toda comunidade escolar. Contudo, vislumbramos que é possível (re)construir novos rumos a partir de estratégias didático-metodológicas que articulem diferentes abordagens. Para tanto, faz-se necessário questionar discursos essencialistas e/ou fundamentalistas, desconstruir preconceitos e discriminações.

Nesse caminho, incorporar a Educação Sexual nos currículos escolares pressupõe um exercício de problematização que provoque discussões contínuas e sistemáticas sobre sexualidade, corpo, gênero, identidades/diferenças, visando a desconstrução de preconceitos e tabus. Contestar significados impostos socioculturalmente sobre tais dimensões socioculturais constitui uma ação política de uma Educação Sexual, que oscila entre discursos essencialistas e a tentativa de “ir além do biológico”.

Referências

BENEVIDES, Bruna. G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. (Org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRITZMAN, Deborah. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. *Educação e Realidade*. v. 21, n.1, jan/jul.1996.

BRITZMAN, Deborah. *A diferença em tom menor: algumas modulações da história da memória e da comunidade*. In: WARE, Vron (Org.). *Branquidade: identidade/e branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COSTA, Marisa Vorraber. Currículo e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 37-67.

DINIS, Nilson Fernandes. “Educação e diversidade sexual: interfaces Brasil/Canadá”. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 9, n. 18, p. 75-96, 2012.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Diversidade sexual: Subsídios para a compreensão e mudança de atitude. In: M. N. D. Figueiró. (Org.) *Homossexualidade e Educação Sexual: Construindo o respeito à diversidade*. Londrina: UEL, 2007, p.15-67.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, n. 114, p. 197-223, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n. 2, 2003, p. 371-389.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015a.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b.

FURLANI, Jimena. Que bicho é esse? In: _____. *O bicho vai pegar! – um olhar pós estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis*. Tese (doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FURLANI, Jimena. *Mitos e tabus da sexualidade humana: subsídios ao trabalho em educação sexual*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 67-82.

FURLANI, Jimena. Existe “ideologia de gênero? Entrevista concedida a Andrea Dip. *Publica*, 30 ago. 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: abril de 2018.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. Ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 30-42.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu* [online], n. 22, p. 201-246, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997. 179 p.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n.2, 2000a.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In:_____. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b. p. 07-34.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos de histórias e desafios atuais. *Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília*, v. 57, n. 1, p. 13-18, jan./fev. 2004.

MUGNAI, Priscila Vieira; MATSUKURA, Thelma Simões. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 69 abr./jun. 2017.

NASCIMENTO, Leonardo. Qual ideologia de gênero? A emergência de uma teoria religiosa fundamentalista e seus impactos na democracia. *Albuquerque – revista de história*, v. 7, n. 13, p. 85-100, jan./jun. 2015.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). *Pesquisas sobre currículos e culturas: temas, embates, problemas e possibilidades*. Curitiba: Editora CRV, 2010.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. (Orgs.). *Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 25-47.

PARAÍSO, Marlucy Alves. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo sem Fronteiras*, Pelotas, v. 16, n. 3, p. 388-415, set./dez. 2016.

PORTOCARRERO, Vera. *As ciências da vida: de Canguilhem a Foucault*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 260 p.

- ROCHA, Décio; DAHER, Maria Del Carmen; SANT'ANNA, Vera Lúcia de Albuquerque. A entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. *Revista Polifonia*, Cuiabá, n. 8, p. 161-180, 2004.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Corpo e sexualidade: experiências em salas de aula de ciências. *Periódicus*, Salvador, v. 1, p. 138-152, 2014.
- SILVA JÚNIOR, Jonas Alves da. *Rompendo a mordaza: representações Sociais de Professores e Professoras do Ensino Médio sobre homossexualidade* (Tese de doutorado). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2010.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Teoria Cultural e Educação: um vocabulário crítico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 156 p.
- SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em Educação – uma arena de significados. In: COSTA, Marisa Vorraber. *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 117-138.
- SOUZA, Elaine de Jesus. *Diversidade sexual e homofobia na escola: as representações Sociais de educadores/as da educação básica* (Dissertação de Mestrado) São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe, 2015.
- SOUZA, E. J. *Educação sexual “além do biológico”*: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em biologia. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- SOUZA, Elaine de Jesus; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; SANTOS, Claudiene. Educação Sexual no currículo de biologia: entre resistências e enfrentamentos à “ideologia de gênero”. *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 2, p. 770-788, maio/ago. 2019.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Currículo e História: uma conexão radical. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 93-104.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Paradigmas? Cuidado com eles. In: COSTA, Marisa Vorraber. *Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 35-48.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

Recebido em maio de 2020.

Aprovado em junho de 2020.

Revista
Diver  **sidade**
e Educação